



COMENTÁRIO A “SOBRE A FILOSOFIA COMO INVESTIGAÇÃO DE QUESTÕES EXISTENCIAIS”


John Karley de Sousa Aquino

Professor EBTT do IFCE/Câmpus Itapipoca, CE – Brasil. Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, CE – Brasil. e psicanalista.

 <https://orcid.org/0000-0001-6346-023X> |  franciscomarciorj@gmail.com

Referência do artigo comentado: BOGÉA, Diogo. Sobre a filosofia como investigação de questões existenciais. *Transformação: Revista de Filosofia da Unesp, Marília*, v. 47, n. 1, e0240012, 2024.

Recebido: 30/10/2023 | Aprovado: 06/11/2023 | Publicado: 22/11/2023

 <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2024.v47.n1.e0240035>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

COMENTÁRIO A “SOBRE A FILOSOFIA COMO INVESTIGAÇÃO DE QUESTÕES EXISTENCIAIS”

*John Karley de Sousa Aquino*¹

Referência do artigo comentado: BOGÉA, Diogo. Sobre a filosofia como investigação de questões existenciais. **Trans/form/ação**: revista de filosofia da Unesp, Marília, v. 47, n. 1, e0240012, 2024.

O primeiro ponto a ser destacado é simples, mas nem por isso desimportante: Diogo Bogéa escreve muito bem. O seu texto flui e prende o leitor, obrigando-nos prazerosamente a continuar a leitura até sua conclusão. Nas nossas graduações, aprendemos a ler, e ler muito bem, e por isso nos tornamos excelentes leitores, todavia, como escritores, muitas vezes deixamos a desejar. Não é o caso de Bogéa, que escreve muitíssimo bem.

O autor começa apontando o que ele considera os principais problemas da nossa formação filosófica e suas possíveis causas. O principal problema, amplamente diagnosticado, diz Bogéa, é que, nos cursos de filosofia no Brasil, não se formam exatamente filósofos, mas historiadores da filosofia e historiadores da filosofia alheia, no caso, a europeia. Não é difícil comprovar a tese do autor: basta consultar os repositórios institucionais para averiguar que os nossos trabalhos acadêmicos costumam versar sobre um conceito na obra de um filósofo específico, com quase sempre o título dos trabalhos sendo sobre “o conceito X na obra Y do autor Z”. Não discutimos sequer um tema, abordando-o de múltiplas perspectivas, mas escolhemos um tema e o esmiuçamos na ótica de apenas um autor e, o que é pior, geralmente em apenas uma obra desse autor. Pesquisando, não é difícil encontrar artigos e mais artigos interpretando somente um parágrafo de um livro, como se isso fosse filosofia. Parece absurdo, porém, é algo que podemos ver com os nossos próprios olhos, pesquisando no *google* acadêmico, por exemplo.

¹ Professor EBTT do IFCE/Câmpus Itapipoca, CE – Brasil. Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, CE – Brasil. e psicanalista. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8171-0180>. E-mail: john.aquino@ifce.edu.br.

Segundo Bogéa (2024), nossos jovens e os demais interessados em filosofia não ingressam no curso com a pretensão de serem especialistas em um só assunto ou na obra de apenas um filósofo, quer dizer, a suposição dele é que poucos cursam filosofia sonhando em se tornar intérpretes ou comentadores de textos, mas almejam ser eles mesmos filósofos ou filósofas. Ingressamos no curso de filosofia querendo ser Platão e saímos contentes em nos tornarmos platônicos. Nos bancos dos nossos cursos de filosofia, algo de errado acontece, pois são aniquiladas as expectativas intelectuais de nossos estudantes: eles abdicam de ser filósofos e internalizam a falsa crença de que ser filósofo não é para qualquer um, muito menos para brasileiros. Filosofia passa a ser entendida como um saber muito elevado, o qual não está ao alcance de um povo como o nosso, consistindo em algo que só cabe aos europeus e norte-americanos – esses, sim, povos capazes de filosofar.

Foi-nos inoculada a ideia esdrúxula de que somos incapazes de filosofar, cabendo a nós, na divisão do trabalho intelectual, nos contentarmos em exercer o papel de importadores de ideias, filiais dos pensadores europeus e norte-americanos. Porém, nem sempre foi assim. Como revelam as últimas histórias da filosofia brasileira, com destaque à obra de Paulo Margutti, a produção filosófica brasileira, no século XIX, era intensa. Ainda que os filósofos brasileiros fizessem uso de ideias alheias, eles não as adoravam, mas a profanavam, utilizavam as ideias para justificar seus posicionamentos políticos, para criticar o *status quo* ou seus opositores intelectuais, ou mesmo redefiniam as ideias e alteravam seu significado prático, como é o caso das ideias positivistas, as quais, no seu contexto de origem, a França, desempenhavam um papel claramente conservador, contudo, no Brasil, foram adotadas por Miguel Lemos e Teixeira Mendes para defender pautas avançadas, como a abolição da escravatura, a república, o Estado laico e a escola pública, ou seja, foram ressignificadas. As ideias eram usadas como ferramentas e a filosofia era uma “caixa de ferramentas”, como na metáfora empregada por Diogo Bogéa em seu livro de estreia, *Oficina de Filosofia*. O que ocorreu que alterou nosso *modus operandi* de se praticar filosofia?

Bogéa (2024) remete as causas do nosso “subdesenvolvimento filosófico” à fundação do Departamento Francês de Ultramar: o curso de filosofia da USP. Ele nos indica o livro de Paulo Arantes, já clássico, e enfatiza que foi na USP que se formulou nossa tradição filosófica baseada na análise estrutural de textos, a qual Margutti (2014) denomina “nossa tradição exegética”. Os *founding fathers* da nossa tradição filosófica, com destaque para Jean Magüé, afirmavam que faltava ao Brasil cultura filosófica e que quem se dedicava à filosofia, em solo brasileiro, o fazia de maneira amadora e ensaística, faltando rigor metodológico e familiaridade com os grandes temas da história da filosofia, e, por isso, era preciso profissionalizar nossa formação filosófica. Como? Primeiro, familiarizando-nos com os clássicos da filosofia, através da leitura rigorosa dos textos dos filósofos e, só posteriormente, após adquirirmos cultura filosófica suficiente, poderíamos nos dedicar a pensar filosoficamente, em primeira pessoa. Acontece que o plano ficou pela metade e “[...] nos convertemos, então, definitivamente em

humildes leitores de textos sagrados de filósofos infalíveis” (Bogéa, 2024, p. 3). Em suma, só nos ensinaram a ler e esqueceram (ou proibiram?) de nos deixar pensar.

Na segunda parte do texto, Bogéa (2024) propõe uma definição de filosofia. Um passo arriscado, pois qualquer definição de filosofia é como um leito de Procusto, porquanto, ao delimitar o que seria a filosofia, acabamos excluindo involuntariamente (ou não) uma miríade de autores do âmbito da filosofia. Se definimos a filosofia como um pensamento totalizante e sistemático, por exemplo, abrangemos filósofos sistemáticos e holistas, como Kant e Hegel, mas excluímos outros filósofos, como Nietzsche e Albert Camus, os quais não são sistemáticos e muito menos holistas. Exemplos não faltam. É para evitar tal risco que um dos autores citados por Bogéa, Gonzalo Armijo Palácios, defende que a filosofia é indefinível, pois qualquer definição de filosofia, mesmo a mais genérica, acarretaria a exclusão de filósofos(as) do campo disso que chamamos de filosofia².

Bogéa define a filosofia como uma “investigação de questões existenciais”. Mas o que seriam tais questões existenciais? De maneira tautológica, o autor diz que “[...] questões existenciais são aquelas que colocam nossa existência em jogo” (Bogéa, 2024, p. 4). Para Bogéa, não é o espanto, como diz Aristóteles, ou o medo, como supõe Graça Aranha, que nos interpela a pensar filosoficamente, mas os “momentos de crise existencial”. Certo, mas que existência? Está implícito que ele se refere à existência humana, logo, significa que autores e autoras que não trataram dessas questões existenciais que põem a existência humana em jogo não são filósofos? Pelo que consta, Tales de Mileto, considerado o fundador da filosofia ocidental, se perguntava pelo princípio de todas as coisas, a *arché*, priorizando em seu pensamento a investigação da natureza. De forma semelhante, tal definição parece também excluir um conjunto de “filósofos analíticos” que se debruçaram sobre a análise lógica da linguagem, sem se interessar muito por questões existenciais que afligem a humanidade, por entendê-las inefáveis.

Concordamos com o autor que a filosofia é qualquer coisa, menos explicar com a maior perfeição possível o que Deleuze queria dizer com “diferença”, mas não vejo como adequada a definição de filosofia que o mesmo nos apresenta, pois me parece muito restritiva e excludente. A meu ver, é preferível *definir do modo menos definido possível* a filosofia, como fez Pitágoras de Samos, ao definir o que fazia como “amor ao saber”, isto é, se a filosofia é alguma coisa, é uma busca incessante pelo saber, ponto final. Com tal definição quase indefinida, temos um conceito de filosofia suficientemente amplo para abarcar filósofos tão díspares quanto Platão e Nietzsche. Muito melhor teria sido se o autor tivesse afirmado que, dentre as atribuições da filosofia, a mais importante consiste na investigação de questões existenciais. O seu equívoco foi restringir a filosofia à investigação de questões existenciais.

² “A questão é que essas formas diversas de se fazer filosofia, ou a possibilidade de haver filósofos que fazem coisas diferentes e que concebem diferentemente sua própria atividade, impedem, se não impossibilitam, a construção de uma definição de filosofia como aquelas a que estamos acostumados” (Palácios, 2009/2010, p. 5).

A despeito desse ponto no qual expus minhas ressalvas, concordo com o autor, quando ele afirma que a atividade filosófica demanda seriedade e sinceridade. Seriedade, no sentido de levar “até as últimas consequências” nossas reflexões sobre os mais diversos temas. Se um filósofo adota pressupostos relativistas, que ele leve a sério as consequências éticas do seu relativismo, recusando valores absolutos, como dignidade humana e princípios democráticos, posto que tudo é relativo, inclusive a dignidade e a democracia, por exemplo. Na minha trajetória acadêmica, conheci um pesquisador da obra de Descartes que dizia não concordar e muito menos gostar da filosofia racionalista, entretanto, que estudava Descartes pelas maiores “oportunidades”. Tal atitude obviamente não trata com seriedade a filosofia, mas a encara como uma atividade burocrática qualquer. Salienta Bogéa (2024, p. 8):

Na cultura do comentário, com homens muito sérios, envolvidos com o trabalho sério de explicar com a maior perfeição e dentro do formalismo estabelecido pelas seríssimas instituições acadêmicas os conceitos de filósofos consagrados, não se leva, em nenhum momento, a sério, as questões existenciais ali presentes.

Tal reflexão me remete à obra de Ernest Becker, intitulada *A negação da morte* (1973), cuja premissa central é que a civilização consiste em um complexo e bem estruturado mecanismo de defesa contra nosso conhecimento acerca da finitude, isto é, nós nos defendemos, de várias maneiras, da possibilidade de encarar com seriedade³ o fato terrível de que vamos inevitavelmente morrer. Parece-me que Bogéa captou muito bem esse mecanismo de defesa, ou, melhor dizendo, o medo de confrontar com seriedade as questões filosóficas que nos provocam tensões existenciais profundas e que mexem com as estruturas de nosso ser.

A sinceridade filosófica, por sua vez, implica, segundo Bogéa, a nossa disposição a nos perdermos através do abandono das referências pré-estabelecidas que nos são dadas pelo senso comum, para que então possamos buscar novas referências ou mesmo descobrir que não há referências. Eu interpreto tal sinceridade filosófica no sentido socrático de ser sincero consigo mesmo e admitir seu não saber, para então iniciar a busca por aquilo que se descobriu não ter, mas se quer ter, o saber. A honestidade (e coragem) em admitir o não saber e, com isso, iniciar uma busca sincera pelo saber (mesmo que seja pelo saber que conclui ser impossível saber) é, ao lado da seriedade, na ótica de Bogéa, duas das características fundamentais da atividade filosófica.

Para Diogo Bogéa, não é tempo de lamentar por que não há ou não fazemos filosofia no Brasil, porém, é tempo de fazer filosofia em *terra brasilis*. Para ele, a questão candente não é “por que não fazemos filosofia no Brasil?”, mas *como* fazer filosofia no Brasil. Aliás, o

³ Segundo Bogéa, diante da seriedade das questões filosóficas, muitos buscam “[...] refúgio nas certezas dogmáticas da religião, na militância política orientada por uma teoria pré-fabricada, na imersão cada vez mais funda em um ciclo cotidiano interminável de trabalho e distração e até mesmo comentários filosóficos sem fim onde, tão perto e tão longe da filosofia, bem escondidos atrás de nossos guias filosóficos protetores, reviramos os restos, deixados pelos caminhos das questões existenciais enfrentados pelos filósofos europeus” (Bogéa, 2024, p. 07).

fio condutor do seu ensaio não é exatamente ensaiar uma definição de filosofia, mas sugerir como podemos fazer filosofia, sendo brasileiros. Seu intento com a sua definição de filosofia como investigação de questões existenciais é, em suas próprias palavras, “[...] promover esta passagem do ‘por que’ ao ‘como’ e do ‘como’ ao efetivo fazer filosofia” (Bogéa, 2024).

Na terceira parte do texto, Bogéa nos comunica como, na sua ótica, podemos filosofar. Nessa perspectiva, quando nos dedicamos seriamente a averiguar as coisas e as pessoas, de modo filosófico, nós destruimos visões pré-fabricadas sobre as mesmas e desenvolvemos novas. O filósofo atua criando teorias, termo que, no sentido etimológico, conforme nos lembra o autor, vem do grego “olhar para algo”, “ver”. Nessa perspectiva, o filósofo, como um excelso criador de teorias, é alguém que, ao compartilhar as suas ideias, articula um modo singular de ver o mundo. Filosofar é, em última instância, “[...] criar um modo de experimentar a existência” (Bogéa), ou, como dizem os alemães, é formular uma *Weltanschauung*, uma visão de mundo. Para o senso comum, uma cadeira é apenas uma cadeira; para Demócrito de Abdera, é um agregado de átomos; para Platão, é uma versão malfeita da ideia de cadeira e, para Aristóteles, numa releitura da cadeira é possível identificar as quatro causas fundamentais do ser. Considero essa concepção apresentada por Diogo Bogéa mais interessante e abrangente do que a que restringe a filosofia à investigação de questões existenciais. Apesar de o autor conceber a criação de teoria como uma consequência da investigação existencial, penso que o que ele define como investigação existencial já pressupõe uma visão de mundo, ou seja, uma teoria.

O texto conclui com uma breve reflexão sobre a incômoda questão do que seria uma “filosofia brasileira”. Questão incômoda, mas da qual nós brasileiros não podemos nos furtar. Bogéa nos remete à série de discussões ocorridas na coluna ANPOF, que se iniciou com a provocação de Rafael Haddock Lobo sobre o que faz de um filósofo um filósofo brasileiro, se o fato de ter nascido no Brasil ou alguma especificidade nacional que nos distinguiria do modo de fazer filosofia dos outros povos, isto é, haveria um “jeito” de filosofar tipicamente brasileiro? A questão, como é frisada por Bogéa, mobilizou autores como Roberto Gomes, Ronie Silveira, Renato Nogueira, Felipe Ceppas e Vladimir Safatle. De acordo com Bogéa, não é correto negar uma filosofia nacional, mas também não é adequado aprisionar a filosofia em fronteiras nacionais e, por isso, ele propõe um meio termo, uma “solução de compromisso”. Como Kant, para quem o conhecimento começa com a experiência, mas não significa que “[...] todo ele derive da experiência” (Kant, 1997, p. 36), Bogéa ressalta que a reflexão filosófica tem como princípio o contexto particular, mas transcende tal particularidade, pois suas questões são universais, mesmo quando abordadas por óticas culturais particulares. Para ele, os temas e as questões filosóficas são vistos por múltiplos olhares: europeu, indígena, africano, sul-americano etc., e um não sobrepõe o outro, mas se entrecruzam.

Todavia, discordo do autor, quando afirma que o filósofo é um “estranho e estrangeiro”, porque, assim como diz a canção que o “artista tem de ir aonde o povo está”, o filósofo também tem a obrigação de se comunicar com o povo da comunidade da qual ele é partícipe. Platão, por exemplo, recomendava que quem saiu da caverna retornasse para avisar aos demais sobre as maravilhas existentes no exterior. A meu ver, é tanto um dever ético quanto um dever político do filósofo se fazer compreensível para o povo, pois são eles, os trabalhadores assalariados que labutam diariamente e sofrem as mais diversas dificuldades, no seu ambiente de trabalho, que pagam, através dos impostos,⁴ nossas reflexões filosóficas, e é mais do que justo que pelo menos um conceito que formulamos chegue até eles. O filósofo precisa ser capaz de “traduzir” os conceitos em uma linguagem acessível ao senso comum, configurando o que Gramsci definiu como “tradutibilidade”. Para mim, o ideal é que nossas ideias se tornem senso comum, pois só assim a filosofia “[...] se torna força material quando se apodera das massas” (Marx, 2010, p. 151).

Bogéa finaliza seu texto com um recado para os jovens filósofos brasileiros, frisando que a filosofia não se reduz e nunca se reduziu aos meios universitários, o que é verdade. Na universidade se produz filosofia, no entanto, não apenas lá, porque há filosofia nas doutrinas religiosas, em obras de arte e nas conversas de bares. Filosofia é algo vivo, é como bem disse nosso autor: uma experimentação. Creio ser interessante a proposta de Bogéa de que se inclua, nas grades curriculares, a disciplina *ensaios filosóficos*, que permitiria ao discente fugir da fórmula castradora na qual somos disciplinados, a saber, o “conceito X na obra Y do filósofo Z”. Seria uma disciplina na qual pudéssemos pensar e nos expressar em primeira pessoa, ao invés de falar segundo alguém. O irônico disso tudo é que nossa tradição exegética oriunda da USP surge exatamente combatendo o ensaísmo dos nossos “filosofantes” (filósofos amadores, como chamava Cruz Costa) e é um retorno ao ensaísmo a proposta do nosso autor, algo com o qual tenho total acordo, pois não entendo como conseguiram nos convencer de que o ensaio vale menos do que um *paper*.

Assim como nosso autor, também gostaria de propor uma disciplina. Desde nosso primeiro semestre, somos ensinados a ler com rigor um texto filosófico, contudo, não a escrever de maneira filosófica: assim, por qual motivo não introduzimos uma disciplina de escrita filosófica, coisa de que, convenhamos, estamos precisando? Alguns cursos brasileiros de filosofia já sugerem esse tipo de iniciativa. Na USP, Marcus Sacrini não só oferta essa disciplina aos ingressantes do curso de filosofia, como também disponibiliza as suas aulas no *YouTube*. Na UFRGS, há a disciplina “Redação de Textos Filosóficos”, denotando a existência de uma preocupação com a questão da escrita filosófica. Em suma, há professores que já

⁴ Digo isso, porque, no Brasil, a maior parte da arrecadação é oriunda dos impostos que incidem sobre o consumo e não da taxa das grandes fortunas. Desse modo, quem mais paga imposto, no Brasil, não são os ricos, mas os pobres. Para mais informações, vide <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/05/por-que-a-formula-de-cobranca-de-impostos-do-brasil-piora-a-desigualdade-social>.

estão se dedicando a preencher essa grave lacuna, na nossa formação. Quem sabe, com a consolidação e a ampliação de tais iniciativas, não formaremos jovens filósofos que consigam escrever tão bem quanto o nosso camarada Diogo Bogéa.

REFERÊNCIAS

- BOGÉA, Diogo. Sobre a filosofia como investigação de questões existenciais. **Trans/form/ação:** revista de filosofia da Unesp, Marília, v. 47, n. 1, e0240012, 2024.
- KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Tradução de Manuela Pinto dos Santos. 4. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.
- MARGUTTI, Paulo. Sobre a nossa tradição exegética e a necessidade de uma reavaliação do ensino de Filosofia no país. **Kriterion**, Belo Horizonte, n. 12, p. 397-410, jun. 2014.
- MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel: 1843**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2010.
- PALÁCIOS, Gonzalo Armijos. De como ensinar o indefinível. **Revista Sul-Americana de Filosofia da Educação** – RESAFE, n. 13, p. 3-10, nov. 2009/abr. 2010.